



Educação Ambiental

Daniel Fonseca de Andrade¹

São poucos os que questionam a importância da incorporação da dimensão ambiental nos processos educativos formais e não formais, atualmente. A situação crítica das florestas e da biodiversidade em geral, a poluição, o lixo, a escassez e a má qualidade das águas doce e marinha, além de outras questões, são sintomas diretos de um modo de vida que se instalou, expandiu e educou gerações, assumindo a eterna disponibilidade e saúde da natureza e de seus processos.

Por outro lado, um planeta com florestas intactas e biodiversidade pujante, sem poluição ou lixo e com águas cristalinas estará longe de ser considerado sustentável se continuar “sustentando” níveis crescentes de concentração de renda, de discriminação (e eliminação) de “minorias” e povos não ocidentalizados; e mesmo, entre os ocidentais, de lógicas de vida que são absolutamente desumanizantes. A “conta” da sustentabilidade não pode deixar de considerar os indivíduos e grupos sociais que coexistem sobre o planeta, e nem as implicações de suas escolhas civilizatórias para eles mesmos e nas relações com os demais.

Paulo Freire, uma das grandes referências não só para a educação brasileira (e mundial), mas também para a educação ambiental (EA), nos lembra que “a educação não muda o mundo, a educação muda as pessoas, as pessoas mudam o mundo”. Essa frase parece simples, mas é bastante direcionadora para as reflexões sobre práticas de EA. Qual é o papel da EA em meio ao contexto escrito acima?

O senso comum atribui a sustentabilidade do mundo ao estado das “coisas”, das florestas, das águas, (da ausência ou bom tratamento) do lixo etc. Mas se olharmos para as áreas do planeta em que a situação da natureza é saudável, veremos que as pessoas que habitam essas áreas compartilham um valor. Ou seja, a área é *conservada* porque seus habitantes consideram isso

¹ Doutor em Ciência Ambiental pelo Programa de Ciência Ambiental da USP/SP. Professor Adjunto A-1 no Departamento de Ciências do Ambiente (DCA) do Instituto de Biociências (IBIO) do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Membro do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur. Coordenador do grupo de Educação Ambiental do Laboratório de Ecologia Florestal– UNIRIO. E-mail: daniel.andrade@unirio.br

consciente ou inconscientemente uma prioridade, e provavelmente reivindicam de alguma forma que isso se mantenha assim!

Portanto, a condição de sustentabilidade não está no estado das “coisas”, pois esse estado não seria mantido se os valores locais predominantes não o exigissem. A condição de sustentabilidade se encontra nos valores compartilhados entre pessoas e grupos sociais de uma determinada região, que se manifestam no mundo objetivo (nas “coisas”). Assim, pessoas e pensamentos vêm primeiro, as ações depois.

Neste contexto, o papel da EA é colaborar na construção desses valores. Que educadores e educadoras ambientais olhem e trabalhem com o lixo, as florestas, as águas e a biodiversidade, mas que sejam capazes de localizar e desafiar os valores predominantes individuais e coletivos, que fazem com que as coisas estejam e continuem como estão, inclusive nos obrigando a agir como agimos. Para isso é importante a busca de nexos nessa complexidade de variáveis e a localização das raízes dos problemas ambientais existentes na localidade. Por exemplo, há relação entre a brutal concentração de renda no Brasil, a concentração de terras, a tradição agrícola monocultural, a violência contra povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e outros, o desflorestamento e as emissões de gases de efeito estufa? Tomados isoladamente, todos esses fatos são sintomas claros da insustentabilidade brasileira. Mas eles devem ser analisados em isolamento? O que há de comum entre essas questões? E como construir práticas pedagógicas que sejam capazes de dar conta e sentido para essa complexidade? Como extrair dela aspectos técnicos, filosóficos e políticos pertinentes ao processo educativo, e ainda potencializar o agir de educandos e educandas?

Práticas pedagógicas de EA devem ser capazes de enunciar suas utopias e criar métodos e técnicas colaborativas que valorizem a construção da autonomia e da pró-atividade individual e coletiva, direcionadas ao bem comum. Também, devem levar ao desafio dos pressupostos que embasam crenças e propiciar assim revisões de identidade, favorecendo o diálogo e o encontro entre sujeitos, rejeitando qualquer forma de colonização.

Diferentes “portas de entrada” são possíveis para se percorrer o caminho de estimular educandos e educandas a pensarem sobre si no mundo: o lixo, que remete ao consumismo e sua participação na formação de identidades individuais e coletivas, e também às desigualdades sociais e aos modos de produção; a mobilidade urbana, baseada na individualidade e a perda do sentido e sensação de comunidade; a Internet e o aumento de conexões virtuais, mas o aumento

paradoxal da sensação de solidão e abandono, e a diminuição da capacidade do diálogo; a mídia e o bombardeamento de más notícias e discórdias, que minam o poder de agir das pessoas e geram a sensação generalizada de desesperança e fatalismo; o aumento fervoroso das práticas e intervenções estéticas e a sua participação na noção de felicidade das pessoas.

Enfim, quaisquer desses temas, além de infinitos outros, provenientes da vida, podem servir de mediadores de processos educativos e colaborarão na construção de valores que influenciam os rumos das sociedades em que vivemos. Cabe a nós, educadores e educadoras, captá-los na realidade e transformá-los em práticas pedagógicas criativas e desafiadoras!